

**Comissão Especial de Estudos
sobre a Criança e o Adolescente
na cidade de São Paulo**

Crianças em Debate

**Parceria nas Políticas
Públicas**

Informativo - nº 6

14/Mar/96

Câmara Municipal de São Paulo

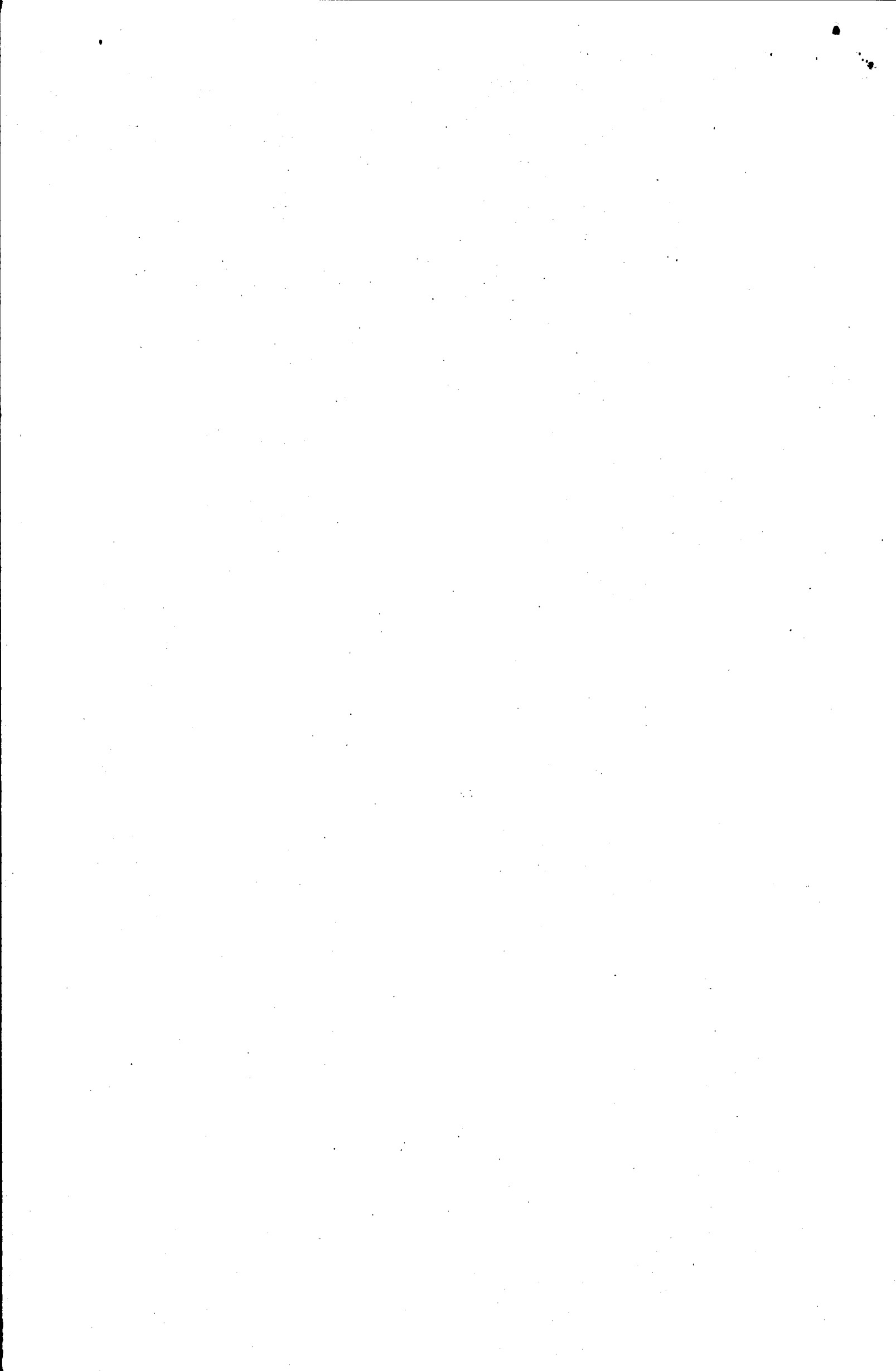
Palácio Anchieta • Viaduto Jacarei, 100 • CEP 01380-900 • São Paulo - SP • Tel.: 259.8388



Câmara Municipal

Vereadores:

- **Aldaíza Sposati**
Presidente
- **Anna Martins**
- **Éder Jofre**
- **Edson Simões**
- **Mohamad Said Mourad**
- **Sérgio Rosa**
- **Zenas Pires**



CONDIÇÕES DE CRIANÇAS EM ALOJAMENTOS DA PREFEITURA

VEREADORA ALDAÍZA SPOSATI

Recebemos denúncias sobre a precariedade das condições de crianças e adolescentes alojados em abrigos da Prefeitura. Um grupo de mães e pais que ficam no abrigo Albert Bygton, aberto em outubro do ano passado, vai fazer um depoimento para os presentes.

SRA. ALEXANDRA XAVIER DOS SANTOS, SRA. ANA MARIA PORTO NASCIMENTO E SR. JOSÉ NELSON, DA VILA MARIA ALTA

A assistente social tirou a gente do Parque Novo Mundo e falou que em 60 dias iríamos para nossas casas, do Cingapura. Estamos no abrigo há 6 meses e nenhuma providência foi tomada. Nós não morávamos em área de risco, tínhamos nossas casas de alvenaria. Eles queriam tirar o pessoal que ficava em baixo da ponte, não conseguiram e então foram mexer com a gente, que, não tendo alternativa, tivemos que ir para o alojamento.

No alojamento, a situação é precária. Há doenças demais; muitas crianças têm feridas nas pernas, passamos remédio e em seguida as feridas voltam; já tiveram casos de meningite.

Só algumas crianças vão à escola, outras perderam metade do ano passado e outras não vão estudar este ano, porque os parquinhos e as escolas discriminam nossas crianças.

No abrigo não há higiene, os banheiros serviam 108 famílias, e agora, mais gente ainda; limpamos e meia hora depois está tudo sujo de novo; falta material de limpeza. As crianças usam o mesmo banheiro de mulheres da vida, que podem levar doenças. O calor é demais.

Não queremos criar nosso s filhos desse jeito, queremos o melhor para eles. Pedimos que nos ajudem a sair de lá.

PARCERIAS

SRA. ROSE PAVAN, DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Desde 1988, estamos colocando a necessidade do movimento sindical encarar o trabalhador não apenas como pessoa que vende sua força de trabalho e, sim, como cidadão. Compete, assim, à CUT abordar os temas que dizem respeito à construção da cidadania em nossa sociedade. A cidadania nunca existiu para todos os brasileiros, tanto em termos de participação política como de conquista de direitos sociais.

No campo dos direitos de crianças e adolescentes há várias entidades atuando. A especificidade de uma central sindical é, a nosso ver, a questão das crianças que trabalham –no campo, no mercado informal e formal – em prejuízo de seu direito fundamental, a educação.

Não queremos tomar o espaço de outras entidades; pelo contrário, queremos somar. Procuramos o Fórum da Criança e Adolescente, nos vários níveis, e verificamos que o trabalho infantil remete à ausência de políticas públicas. Nossa estratégia é denunciar onde acontece trabalho infantil, junto ao Ministério Público, aos fóruns e aos conselhos. O objetivo é chegar a negociações diretas com patrões e com o sistema educacional.

Em Franca, por exemplo, nós articulamos com todas as entidades da sociedade civil, para intervir na questão do trabalho infantil na indústria de calçados, e a partir daí buscamos o envolvimento da população, Prefeitura e Câmara.

SR. GILMAR CARNEIRO, DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS - PROJETO TRAVESSIA

O Sindicato dos Bancários de S. Paulo começou a discutir sobre cidadania e qualidade de vida pretendendo abordar moradia, educação, saúde e abastecimento, e acabou por unanimidade se dedicando à questão da criança e, especificamente, a criança de rua. Estamos juntando esforços – sindicatos, empresas, e o movimento “Viva o Centro” – para contribuir para a solução desse problema.

No debate, pretendemos não discriminar crianças de rua como algo atípico, mas na prática não adianta considerar a criança em geral, precisamos discutir e definir o que fazer no caso particular dos meninos de rua e de suas famílias, pois o objetivo é reinserir as crianças em suas famílias.

Iniciamos o projeto “Travessia”, trabalhando a perspectiva da criança, da família e dos serviços prestados por instituições públicas e privadas. Discute-se o orçamento e a qualidade dos serviços públicos. E quando nessa discussão entram como interlocutores pesos pesados, como o Bradesco, o Banco de Boston ou a Volkswagen, sindicatos importantes ou associações de empresários, os agentes públicos das várias esferas de governo têm um pouco mais de zelo em prestar contas, porque não estão falando com modestos conselheiros ou educadores de rua.

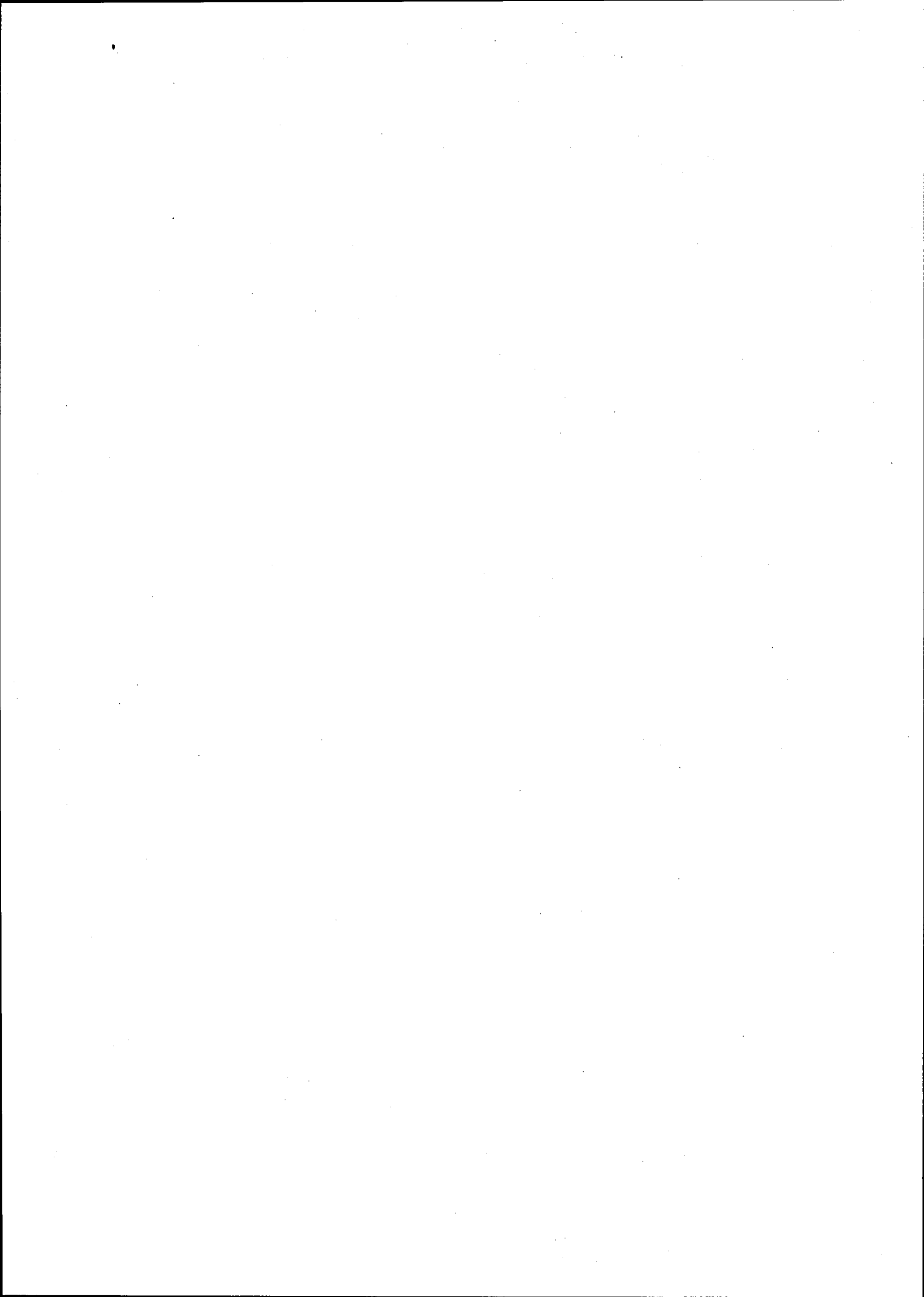
Defendemos que a coisa pública deve estar a serviço da comunidade e não ser apropriada por um partido ou um governante.

A iniciativa privada além de dar dinheiro pode contribuir de outras formas, na educação, por exemplo, que é essencial.

Não vamos substituir ou competir com outras entidades; podemos apoiar com recursos, financeiros e assessoria de profissionais qualificados. Preferimos melhorar a qualidade e metas quantitativas.

SR. FERNANDO, PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNISA - UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO.

A Unisa está localizada numa região da cidade onde há, sabidamente, muita violência. O Departamento de Serviço Social está desenvolvendo uma pesquisa/ação – em parceria com um núcleo da PUC de S.Paulo – que visa subsidiar uma intervenção possível das entidades e grupos que trabalham nessa vizinhança.



Pretendemos:

- conhecer a situação das medidas sócio-educativas na região, e uma pesquisa anterior já mostrou que é bem precária: apenas uma instituição faz trabalho de liberdade assistida;

- pensar com a comunidade que alternativas possíveis, além das previstas no art. 112 do ECA melhorariam o trabalho com os infratores.

A pesquisa que fizemos na Zona Sul de São Paulo revelou que as dificuldades das entidades sociais são: diminuição abrupta das verbas; burocracia e dificuldade de relacionamento com o poder municipal.

SRA. ANA MARIA WILHEIN, DA FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DAS CRIANÇAS

A Fundação Abrinq foi criada por empresários com a idéia de fazer parcerias entre a iniciativa privada, as entidades não governamentais e o setor público e tem seis anos de vida. Nosso trabalho tem sido mobilizar a sociedade civil – especialmente o segmento empresarial – para investir em projetos na área da infância. Acho que a Fundação tem tido um certo êxito.

O projeto “Nossas Crianças” é executado na Grande S.Paulo e exemplifica bem o que entendemos por parceria. Visa contribuir no atendimento às crianças desassistidas pelos programas públicos, dando apoio financeiro às entidades sociais.

Recursos financeiros são arrecadados e repassados para entidades que atendem crianças, que hoje são 46, entre creches, centros de juventude e abrigos. A contribuição atinge 2.500 crianças. Fazemos questão de prestar contas aos contribuintes sobre a destinação dos recursos.

Nos convênios da ABRINQ com as entidades, o cumprimento do ECA é colocado como condição.

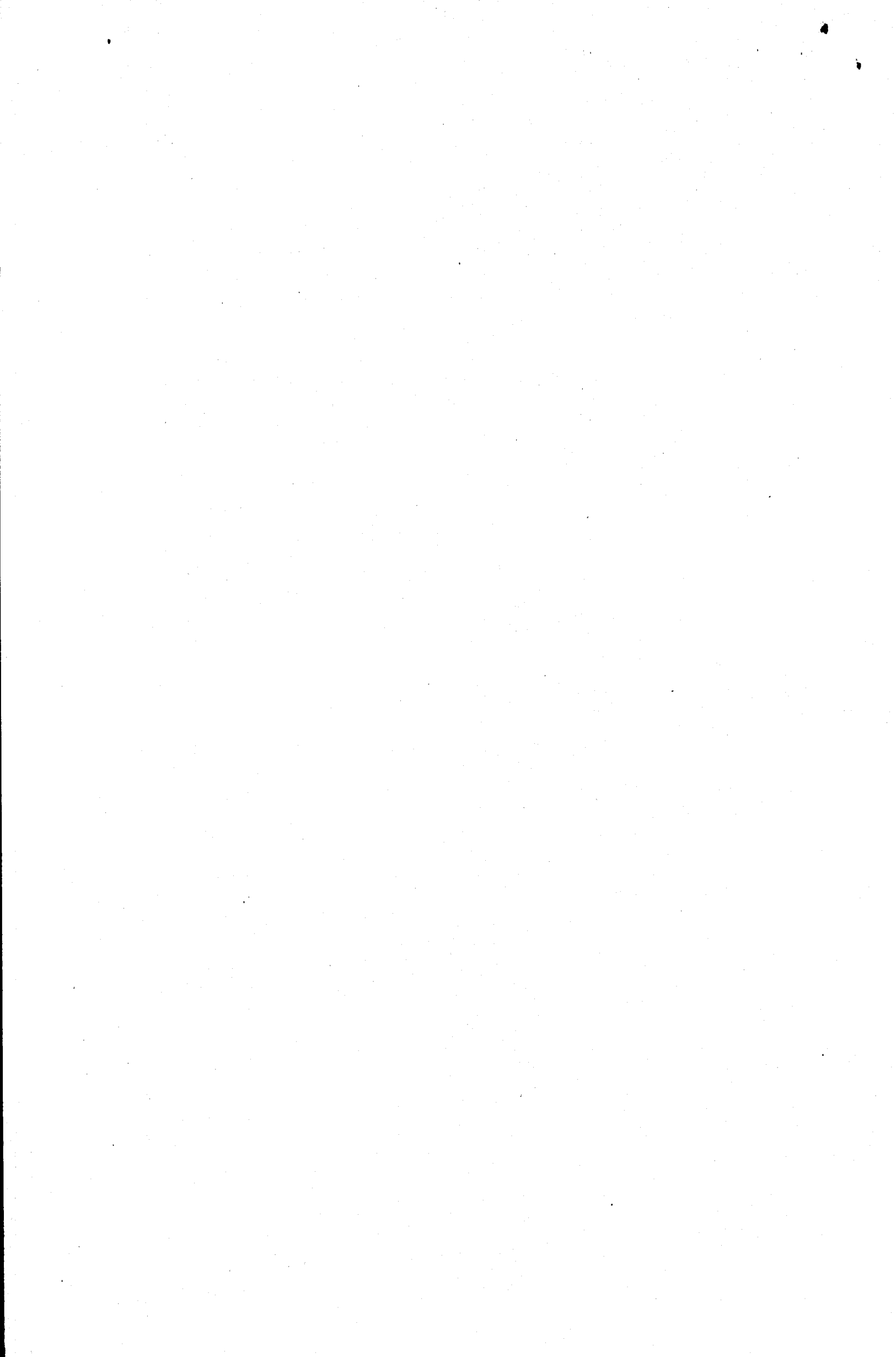
Outra linha é assessorar as entidades mediante convênios com a Sociedade Brasileira de Psicanálise, a Escola de Administração Getúlio Vargas e escolas particulares.

O projeto “Empresa Amiga da Criança” estimula empresas a investir em projetos para crianças e a não explorar o trabalho infantil.

Discute-se muito na ABRINQ qual é o espaço público-estatal e o da iniciativa privada. Propusemos ao Poder Público que criasse um cardápio de sugestões do que a iniciativa privada poderia fazer; mas o setor público não entende bem o que é isso : querem que os empresários adotem os programas governamentais.

No programa “Crer para ver” o objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas: pré escola e primeiro grau até a quarta série. Como não queremos substituir o Estado, os recursos são aplicados para fortalecer as comunidades familiares e escolares.

Temos claro que não queremos nem devemos substituir o Estado. Não é para aceitar o discurso do “Estado falido” . O que é preciso é um reposicionamento tanto do Estado como da sociedade civil.



SRA MARIA LÚCIA DE MORAIS, DA PASTORAL DA CRIANÇA.

Nossa base de trabalho são as comunidades carentes, bolsões de miséria e pobreza.

Segundo nossa pesquisa, no Brasil quase 65.800.000 pessoas acima de 10 anos de idade vivem com rendimento inferior a 1 salário mínimo.

Nossa parceria com governo é somente com o Ministério da Saúde, que dá suporte para 70% do nosso trabalho. Outros parceiros em S.Paulo são as ONGs e os Comitês de Ação da Cidadania dos funcionários do Banco do Brasil e do Banespa. Essa verba é repassada às comunidades e agências da Pastoral, que atendem as famílias, treinando agentes para cuidarem das crianças nas suas próprias casas. Achamos importante que a comunidade assuma suas crianças, porque com isso a criança não vai chegar a ser de rua.

Tentamos, sem conseguir, parceria com o governo do Estado e municipal.

Verificamos que, nas comunidades onde a Pastoral da Criança atua a mortalidade infantil abaixo de um ano de idade caiu em 50%. A despesa da Pastoral é meio dólar por criança. É um resultado da mobilização da população.

SRA. VALDENIA APARECIDA PAULINO, DO CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO DE SAPOPEMBA.

Nossa experiência começou em 1978, com a Pastoral do Menor, com os casais que acompanhavam os meninos e meninas que saíam da Febem. Essas medidas foram inseridas no ECA e hoje os centros de defesa fazem esse acompanhamento, procurando trabalhar com a família e a comunidade do adolescente.

O regime da liberdade assistida hoje está em descrédito no Judiciário. Há apenas três técnicos para acompanhar não sei quantos meninos. Os técnicos tentam fazer um trabalho sério, mas que fica muito longe da realidade. O menino deve ir lá uma vez por mês, e perguntam se está estudando e uma porção de outras coisas. Obviamente o menino é inteligente e conta que está tudo bem. Depois de uma semana, "roda" de novo.

Nosso projeto tem seu esteio no Belém. Acompanhamos cerca de 150 adolescentes, que são distribuídos nas regionais.

Nosso trabalho é assim. Tomamos conhecimento que um menino foi para a Febem; fazemos visitas semanais para que a agente da comunidade possa apresentar ao Judiciário uma proposta de que medidas seriam aplicadas a ele, quando esse menino for à audiência.

Na comunidade, pode-se saber de fato o que se passa com o menino. Conhecemos a família e propomos alguma coisa. Vamos normalmente às audiências e na Capital temos conseguido, com o tempo, ganhar a confiança do Judiciário.

Mas a desgraça é que a sociedade nunca está pronta para reintegrar o adolescente. Já ganhamos a confiança desse adolescente, ele vem com grande expectativa, e a escola não o quer receber, os vizinhos não querem que seus filhos andem com um garoto que saiu da Febem. Conclusão, ele está de novo na boca do lobo.



Mas continuamos insistindo e procurando parcerias e apoios.

Com o Conselho Estadual dos Direitos, quando levamos uma proposta começam as respostas tipo "agora não pode, vamos esperar a próxima pauta"; na outra reunião não tem quorum; em seguida acaba a verba e tem que esperar o próximo orçamento, e aguardar a municipalização. No município, o Prefeito não se interessa, e o adolescente está de novo no descaso.

As organizações não governamentais tentam sobreviver, mas já estão trabalhando com um corpo apenas de voluntários. Só resta, então, dar o endereço da Praça da Liberdade para a mãe arranjar um advogado para o filho, que agora já é maior, quando não for o caso de acompanhar seu enterro.

Os relatórios mensais que mandamos para as Varas são quase todos assim: o menino ficou 6 meses dentro de uma unidade da Febem, onde só podia levantar com uma mão protegendo o traseiro. Depois foi para uma unidade onde em três meses falou duas vezes com o psicólogo. Aí, foi colocado em regime de liberdade assistida, sem documentos, num bairro onde o narcotráfico domina, e a escola e a comunidade rejeitam o menino. O melhor é o adolescente. O resto é que não funciona.

E temos perguntado: diante desta situação, excelência, o que é que o senhor sugere?

Ele não sugere nada. Porque pobre mandam logo para a p.q.p.

Na próxima reunião do Conselho Estadual vamos apresentar um projeto de atendimento que custa bem menos que o que a Febem gasta hoje per capita. É isso aí.

Vou informar a respeito da escola. O Município introduziu o sistema de créditos, através de fascículos: o adolescente pega a cartilha para estudar em casa e depois vai para a escola fazer as provas. Na Europa, em alguma faculdades, isso funciona bem. Mas imaginem um rapaz do Parque Santa Madalena, onde na última chuva caíram mais de 120 barracos. Onde vai sentar para estudar? E com que orientação?

Este é um gancho para chegar a comentar sobre o Conselho de Direitos, que deveria amarrar todas as nossas organizações e seria o espaço para levar as demandas dos bairros. A parte não governamental vai com representação, com poder de decisão, mas os representantes do governo chegam representando os secretários, são verdadeiras antas, não decidem nada. Acho que nós é que temos que indicar os parceiros governamentais.

PADRE JÚLIO LANCELLOTTI, DA PASTORAL DO MENOR

Primeiro temos que perguntar o que é parceria, o que significa.

Pra mim, parceria é um processo político. Temos que entender quando há uma política de troca e construção e quando há um processo político de dominação.

A parceria que tem se dado com o Estado, com o Município, e também com entidades financiadoras, até agora tem sido um processo de dominação.

É um processo de dominação pedagógica e não de troca, porque só vamos receber financiamento se fizermos o que eles querem, do jeito que eles querem e a um custo mínimo.



Assim, estamos acostumados a contar para esses financiadores, – do poder público e particulares – o que eles gostam de ouvir. Temos que contar a história que gostam que a gente conte para depois ser financiado por eles, ser fiscalizado, devassado e arrebitado.

Temos que discutir o que é parceria fazendo a relação entre política pública e filantropia.

A Prefeitura atualmente acha que as entidades sociais fazem filantropia, chás da tarde, bingos, para arrumar recursos para manter nossas entidades.

Nós, entidades, dizemos que o que fazemos é política pública. As creches, os centros de juventude das entidades não são filantropia, benemerência, porque estamos lutando pelos direitos das crianças e dos adolescentes.

Temos que discutir isso num contexto em que o Estado que cada vez se retira mais, e joga para a sociedade civil a responsabilidade que é do Estado, de manter as condições de vida, educação e saúde para as crianças e adolescentes.

Quando lutamos para que a dominação termine, somos alvo de retaliações: projetos reduzidos, aditamentos não assinados, ameaças de retirar o convênio se a entidade não obedecer a detalhes, como a altura do azulejo nas paredes.

Nas nossas entidades há atendimento aos sofrendores de rua e a crianças com AIDS. Estamos passando por um problema, no centro social, que a nosso ver é retaliação.

A relação entre processo pedagógico e tecnicismo, nas parcerias, também deve ser discutida. Há absurdos: os "técnicos" que vão nos fiscalizar, por exemplo, querem ver quantos gramas de carne as crianças comem, até no berçário, e não são capazes de discutir a alimentação alternativa que a Pastoral tem ensinado no Brasil inteiro, inclusive resgatando traços culturais do nosso povo. Além disso, os financiadores não admitem como contrapartida que as crianças reivindiquem algo; qualquer reivindicação é chamada de demagogia.

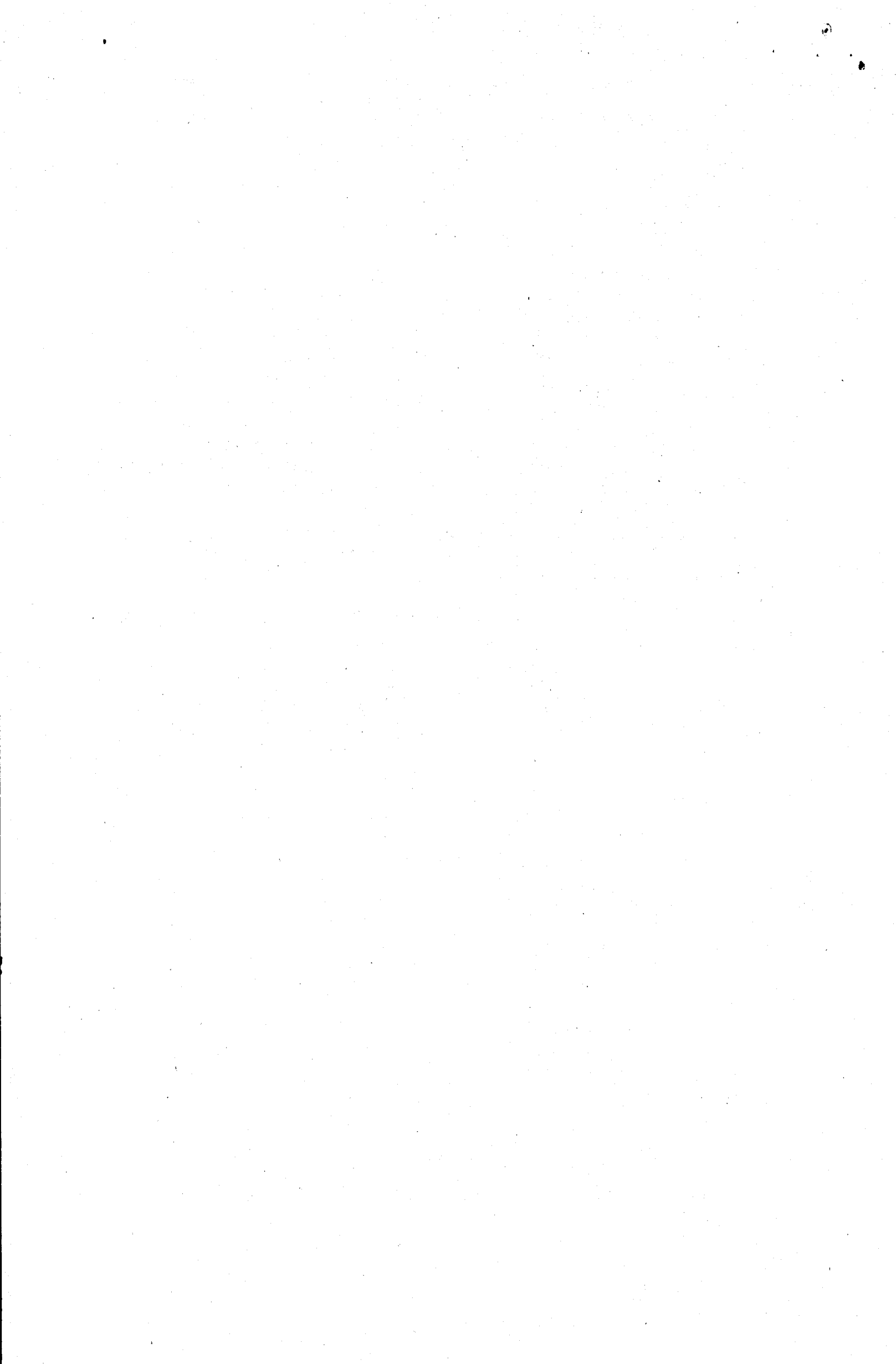
Mesmo as entidades governamentais não financiadoras não aceitam rever seus projetos a partir da realidade. Vêm com seus projetos prontos e querem que os implantemos, e sempre com custo mínimo, porque se não custar pouquinho não faz cartaz.

Outra questão é que, segundo os financiadores, os programas devem ser sempre de trabalho e escola. Não se consegue aprovar um projeto que desenvolva o lúdico, de lazer, esporte, música. Tudo isso é considerado subalterno.

Afirmo que o trabalho social, de garantia de direitos, não tem que ser de custo mínimo, nem auto-sustentável. Deve-se perseguir a qualidade.

Precisamos construir um processo pedagógico em que haja participação, inclusive dos adolescentes e dos trabalhadores executam essas políticas públicas. Na divisão social do trabalho, de monitores, supervisores e outros colaboradores não deve haver pessoas só subalternas, que só realizam o que os outros pensam.

Passo a palavra para Darci, que é do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto.



SRA. DARCI

Há 12 anos, a entidade a que pertenço atendia crianças de 4 a 14 anos, em módulos separados, cada um com seu trabalho pedagógico. Na nova política de convênio, a Prefeitura nos obrigou a separar os equipamentos em creches ou centros de juventude. Assim, de 18 equipamentos, 9 viraram centro de juventude e das crianças pequenas poucas foram recolocadas, quase 400 ficaram na rua. Dos outros 9, que se tornaram creches, os grandes é que ficaram na rua. Para três das creches – perto de 240 crianças – o convênio ainda não foi renovado. Todo dia é uma desculpa. Estamos esperando há 8 meses. De todos os aditamentos, prometidos pessoalmente pelo Secretário de Fabes, só um ou dois equipamentos foram atendidos. Para mim é uma retaliação contra a entidade Bom Parto.

PADRE LANCELLOTTI

Trabalhávamos com grupos de irmãos. Agora, segundo Estado, os adolescentes não podem conviver com crianças. Destruíram todo um trabalho que tínhamos.

Peço à Comissão de Vereadores que se manifeste ao Secretário de FABES sobre esta situação do centro social, como indicador de todas as outras entidades em situação semelhante.

Entrego agora para a Comissão esta máscara, que precisei usar todos estes dias para cuidar de crianças que estão com HIV e AIDS, como um gesto de protesto contra a vergonha do atendimento à saúde das crianças nesta cidade e neste estado.

Tenho visitado o Hospital Menino Jesus e o Hospital Emilio Ribas. É interessante que das entidades financiadoras, nenhuma se preocupa com crianças doentes. Todo mundo acha que temos de cuidar de crianças com potencial, principalmente as pobres, para que não se tornem mais tarde delinqüentes ou ladrões.

As crianças com AIDS e as deficientes provavelmente não vão se tornar adultas. Para elas não têm nada.

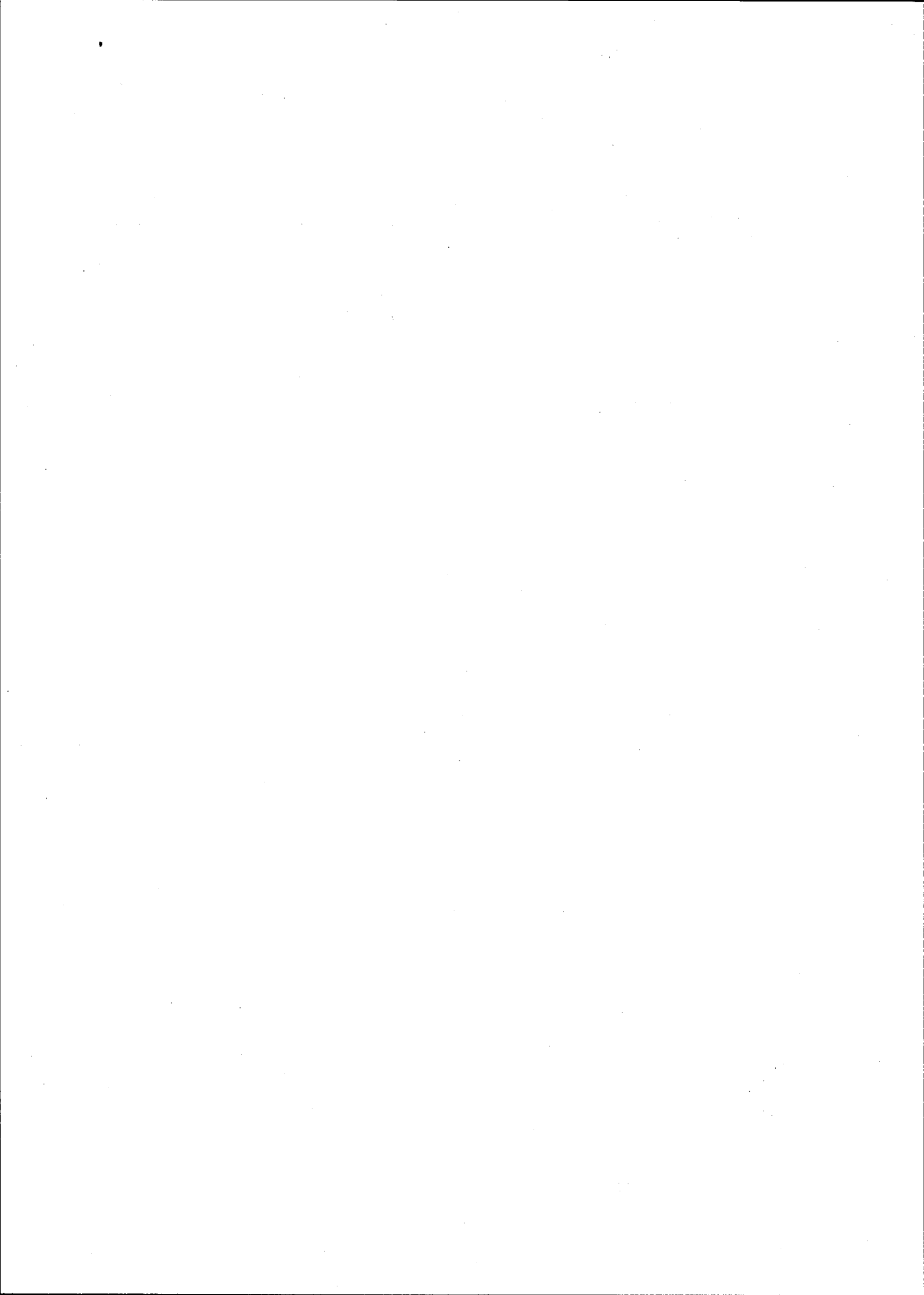
VEREDORA ANNA MARTINS

Conseguimos, por um lado, uma legislação avançada; por outro são grandes as preocupações.

Em tempos de implantação do projeto neoliberal em todas as esferas de governo, com tanta irresponsabilidade pelo social, nós todos que damos valor às parcerias e às diferentes experiências positivas, como as relatadas aqui, precisamos ter consciência clara de que essas parcerias não podem substituir o papel do Estado e sua responsabilidade.

Não podemos abrir mão da educação, da saúde e da previdência pública, porque só uma pequena minoria pode dispensá-las.

Vejam o Hospital Menino Jesus – o único no Brasil com especialidade pediátrica. Vamos deixar que vá para as mãos de uma cooperativa privada?



Não estou questionando as experiências das entidades conveniadas , ONGs financiadoras etc, mas não podemos abrir mãos dos serviços públicos, porque as iniciativas complementares não dão conta da grande demanda. Precisamos responsabilizar o Poder Público, até porque no Brasil os impostos não diminuíram.

A situação das políticas públicas é tão grave, que nestes dez dias constatei que em sete creches públicas não há sequer fraldas, além de faltar material de limpeza, boa alimentação e salário decente para os funcionários. E as conveniadas estão sofrendo por conta da quebra de 20% nos convênios.

Temos que ter visão política para não nos deixarmos excluir, se nos destroem, destroem também a população mais fragilizada, que sofre a perda total de seus direitos especialmente os que o padre Júlio lembrou, doentes e deficientes.

SR. LUIZ FERRETI, DA AMESC

O Secretário Adail Vettorazzo, da Família e Bem-Estar Social, fez com que todo o avanço conquistado pelos movimentos de lutas por creches retrocedesse 20 anos. Em creches públicas onde se espera o atendimento a 120 crianças, temos em média 60.

O Prefeito tem a maioria dos vereadores; o Ministério Público é ausente.

Sentimos falta, nesta Comissão, do Ministério Público, que vem com uma nova mensagem.

Proponho que a Comissão de Vereadores e as entidades peçam dados ao Secretário, sobre se construiu as creches , se a demanda está sendo atendida, se o número de crianças que cada creche deveria atender estão lá.

SRA. TEREZINHA HELENA, DO FÓRUM MUNICIPAL DA CIDADE DE S.PAULO

Estamos num grande dilema. Antigamente não havia órgão que nos defendesse; nós mesmas fazíamos carteiras com caixotes, alugávamos salas e fazíamos o governo por escola ali.

Agora a Constituição dá direitos e a Lei Orgânica fixa prioridades, que não são cumpridas. Vem gente ajudar, mas um pouquinho só.

A reorganização que o governo está fazendo na escola estadual não é pedagógica, é econômica; está fechando escolas.

Temos que mexer na escola e no orçamento.

Quero fazer uma proposta, para configurar a demanda que esta cidade atende, e o que é ilusão ou mentira. Toda mãe ou pai que não conseguir vaga na creche ou na escola preenche este formulário, declarando que o diretor da escola disse que não tem vaga, e entrega ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, ao Promotor da Vara da Infância e da Juventude do Fórum de cada Regional. Daí, tira cópia desse documento que entregou ao Ministério Público, protocolado e datado, e vai levar para o diretor da escola e para delegacia do ensino, para eles saberem.

Então, vamos juntar aqui na Câmara os milhares de que aparecerem para resolver o problema deles.



SRA. MARTA, DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Muitos de nós, do Ministério Público, sabemos que nossa atuação não está à altura das dificuldades e das necessidades das crianças e adolescentes de São Paulo, especialmente na área da defesa dos direitos difusos e coletivos.

O novo Procurador Geral é sensível à questão.

Estamos estudando a reestruturação do Ministério na defesa dos direitos difusos e coletivos na cidade de S.Paulo e espero que em breve possamos manifestar mais que boas intenções, demonstrando modificações na qualidade do trabalho.

Nosso trabalho precisa contar com a participação ativa da sociedade civil.

Em nome do coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, Paulo Afonso Garrido, coloco o Centro aberto a todos. Fica na Rua Líbero Badaró nº 600 - 14º andar.

Quem sabe, a gente consiga inaugurar uma nova parceria desse pedacinho do setor público com as entidades representativas da sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

VEREADORA ALDAIZA SPOSATI

Creio que nesta Comissão deveríamos buscar uma certa homogeneidade dos dados sobre demandas e das metas pelas quais lutamos, em termos de equipamentos, nesta cidade.

A caracterização da rede assistencial, que a pesquisa da Unisa fez para uma região, talvez possa ser feita para toda a cidade se houver o concurso de várias entidades. Estamos pedindo a colaboração da AVAPE, da CÁRITAS, e outras.

Peço a todos que contribuam para completar o quadro colocado no painel, no fundo desta sala, indicando os atores para o reordenamento institucional.

Já foi proposto nesta mesa que cheguemos a um entendimento sobre o que é parceria, sob vários ângulos: a formalização, o espaço da sociedade civil, a garantia das responsabilidades do Estado.

Outra questão fundamental é a cidadania da criança.

A Campanha da Fraternidade de 96, cujo tema é "Fraternidade e Política", promove no dia 20 de março, na Praça da Sé, às 15 horas, uma concentração de onde sairá uma caminhada até a Câmara Municipal.

